

JORNAL DA TARDE O xadrez da dívida *Externa*

Para não se ver obrigado a enfrentar diferentes tipos de credores ao mesmo tempo, o governo brasileiro pretendia negociar a dívida externa de maneira paulatina. Só depois de obtido o acordo numa determinada frente se passaria para uma nova etapa de negociações. A comunidade financeira internacional, entretanto, tem pressa e quer indicações mais concretas de que o governo pretende normalizar rapidamente suas relações com os credores, em particular os bancos privados, aos quais o País não paga juros desde julho do ano passado.

Num reconhecimento realista de que, por não interessar à comunidade internacional, a negociação por etapas não prosperará, o negociador oficial da dívida brasileira, embaixador Jório Dauster, admitiu que terá de atuar “dura e simultaneamente em todas as frentes”, como disse em entrevista ao repórter Joel Santos Guimarães, do **Jornal da Tarde**. Foram muitas, nos últimos dias, as pressões para o Brasil abrir essas frentes. O objetivo dessas pressões é apressar o entendimento com os bancos particulares, que, no cronograma idealizado pela equipe econômica do governo, só seriam procurados depois de assinados os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Clube de Paris (que representa os governos credores).

No final de semana, em duas oportunidades, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello — que se encontra em Washington para participar da assembléia-geral do FMI —, ouviu do secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, recomendação no sentido de o Brasil resolver a questão dos juros atrasados se quiser o apoio do Fundo ao programa econômico. A primeira foi na reunião que mantiveram na sede do FMI; a segunda foi no discurso de Brady ao comitê interino do Fundo. O secretário norte-americano, na verdade, apenas reforçou os termos da nota conjunta dos sete maiores países industrializados, que esperam uma solução para os atrasados. O próprio diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, havia condicionado a aprovação do acordo com o Brasil à indicação segura de que as negociações com os bancos caminham bem.

A ministra reagiu com firmeza. Criticou as elevadas taxas de juros, cobrou uma posição mais firme dos governos dos países credores (que “frequentemente não

fizeram o suficiente quando confrontados com a visão de curto prazo de alguns segmentos da comunidade bancária”) e afirmou que a comunidade financeira não deve exigir que um país pague mais do que pode. “Nós só teremos um acordo com os bancos se estivermos certos de que poderemos cumpri-lo”, resumiu.

Os dois lados têm razão, eis a dificuldade. No Brasil, até recentemente, o Estado centralizador, forte, resolvia os problemas à sua moda e sem consultar aos eventuais interessados. No setor financeiro, mais que em qualquer outro, as decisões, ainda hoje, são baixadas lá de cima, e os bancos e demais agentes econômicos e financeiros que se virem para se enquadrar a elas. Neste caldo de cultura, portanto, a tendência, diante de atitudes indesejáveis por parte de governos estrangeiros e instituições financeiras internacionais, é de encará-las como fruto de má vontade, como aconteceu em governos anteriores, diante da exigência do cumprimento de contratos ou do pagamento de juros atrasados. É um pouco o que está acontecendo também hoje, diante da exigência do governo norte-americano e do FMI para que o Brasil pague parte dos atrasados aos bancos privados antes de negociar um acordo definitivo com o Fundo.

Por outro lado, o FMI e o governo norte-americano, neste momento — como não poderia deixar de ser — associados ao pleito dos bancos privados credores do Brasil e dos seus milhões de acionistas pelo cumprimento de acordos anteriores que nós assinamos, não podem ignorar a realidade tão bem expressa pela ministra Zélia, de que, se se quiser zelar pela saúde do sistema financeiro do qual nossos credores fazem parte, deve-se zelar também pela saúde econômica dos devedores, entre eles o Brasil, ou a dívida nunca será paga.

Se é certo que as divergências surgidas até agora não apontam para um impasse, é certo também que a superação das barreiras acima descritas prenuncia negociações difíceis e envolvendo vários interlocutores, com todos tendo de ceder um pouco. Será, como comprou o embaixador Dauster na entrevista ao **JT**, como se o Brasil estivesse disputando partidas simultâneas de xadrez — e, acrescentaríamos nós, contra adversários muito bem colocados no **ranking** mundial.